

EIXO 2 – Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE DIRETORES E EX-DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACEIÓ NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Eva Pauliana da Silva Gomes
Universidade Federal de Alagoas
e.pauliana@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho se constitui em uma análise sobre a Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió (ADEEPAM) durante o período 2003-2012. O objetivo principal que orientou a pesquisa foi analisar a estrutura organizacional da Associação compreendendo os motivos de sua criação e sua atuação nos dias atuais. A pesquisa foi de cunho qualitativo e contou com entrevistas semiestruturadas com diretores de escolas municipais e um integrante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL). Os resultados mostraram que a associação teve um papel mais marcante nos anos 90 do século XX, com destaque para a defesa de interesses particularizados do segmento quando das discussões e implementação da eleição direta de diretores e tempo de mandato na rede municipal da capital alagoana. Hoje, segundo os associados entrevistados, a associação ainda é muito atuante. Contraditoriamente, não é conhecida pela maioria dos profissionais da educação e tem uma participação muito reduzida na definição dos rumos da educação do município, não sendo reconhecida como legítima pelo SINTEAL.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Participação; Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió.

1. Introdução

O campo da educação tem instigado várias pesquisas, entre elas o enfoque dado à política e a gestão da educação tem ganhado destaque nos últimos anos envolvendo a melhoria no processo ensino e aprendizagem dos alunos na escola. “No âmbito da educação escolar, o ensino público de qualidade para todos é uma necessidade e um desafio fundamental” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 116). Quando se destaca política e gestão da educação alguns pontos essenciais são focalizados, como por exemplo, a concepção

de educação, o financiamento da educação, a administração, entre outros que envolvem o aspecto escolar.

De acordo com Dourado (2007, p. 923-924),

[...] a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. Sendo assim, políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino.

É na escola que se enxerga a organização no planejamento das práticas pedagógicas adotadas no dia a dia e é nesta organização que os profissionais podem compreender e desenvolver um trabalho voltado para a coletividade, este tipo de trabalho, abrange um modelo de gestão conhecida como gestão democrática. “Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo. Processo que é mudança contínua e continuada” (BORDIGNON; GRACINDO, 2006, p.148).

É a partir deste ponto de vista, que o presente trabalho busca, dentro da concepção de gestão democrática, entender de que modo a Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió interfere (ou não) na educação do município.

De acordo com Paro (1945, p. 113),

Cada um dos instrumentos de luta (sindicato, escola, imprensa, associações profissionais, Igrejas etc.) tem muito a oferecer dentro de suas características específicas desde que, levando em conta suas limitações e potencialidades, procurando intencionalmente a melhor forma de concorrer para o objetivo comum da transformação social.

Os objetivos que orientaram a pesquisa foram: analisar a estrutura organizacional da Associação dos Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió compreendendo os motivos de sua criação e sua atuação nos dias atuais; analisar como o trabalho realizado pela Associação tem interferido (ou não) na gestão das escolas públicas de Maceió; verificar quais são os interesses que visam à melhoria das escolas públicas de Maceió; analisar como se dá o relacionamento entre a ADEEPAM, os gestores não associados, os sindicatos e os governos locais.

Para alcançar os objetivos utilizou-se a abordagem qualitativa. Godoy (1995, p. 62), apresenta as características essenciais desta abordagem são elas:

- (1) O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador com instrumento fundamental;
- (2) O carácter descritivo;
- (3) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- (4) Enfoque indutivo.

A pesquisa foi de cunho exploratório. Durante a investigação foram utilizados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo, pois “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2009, p. 20).

O texto aborda o conceito de associação e apresenta alguns aspectos legais de representatividade para criação de uma associação, além disso, como o próprio título anuncia, traz os principais aspectos da pesquisa realizada sobre a criação da Associação e seu atual desempenho sobre a educação pública no município de Maceió distinguindo algumas de suas ações e dificuldades. Para a coleta de dados a entrevista semiestruturada foi feita com diretores de escola pública municipal de Maceió e um representante do SINTEAL. As considerações finais apresentam uma síntese dos principais aspectos identificados ao longo do texto.

2. Conceito de associação e alguns aspectos legais de representatividade

Para analisar o conceito de “associação” primeiramente foi necessário analisar o termo da sua origem etimológica: *associar* + *-ção*, prov. por infl. do fr. *association* (1408) 'unir a alguém' (1751) psicologia (*associação de ideias*) 'duas ou várias ideias seguem-se e acompanham-se constante e imediatamente no espírito, de modo que uma faça nascer outra, havendo ou não uma relação natural entre elas' [1].

A concepção de associação vem de longa data. Já em 1864, foi definida como:

[...] associação é a reunião de pessoas, entre si obrigada livremente a procurarem por esforços reunidos um fim commum, a sua organização depende do conhecimento do fim particular, da determinação dos meios e de sua adequada applicação. Os meios, instrumento, como o nome indica, ao serviço da causa, não podem ser para o homem outros senão os seus poderes intellectuaes, sympathicos e activos; meios para serem endereçados ao fim, cuja identidade constitue os membros em unidade, que os faz considerar como uma pessoa. E da direcção accorde dos esforços para o mesmo fim

que dimanava a necessidade de uma regra geral e constante. Esta regra é a lei do *bem*, cujo cumprimento constitui o *dever* de todos. (LOBO, 1864, p.43-44)

Analisando o conceito contemporaneamente “Uma associação é inicialmente, um grupo de interesse, que busca delimitação e legitimação. Ou, em outros termos, o interesse que faz o grupo e o grupo que faz o interesse.” (OFFERLÉ, 1998, apud FONTELLA, 2010, p. 82).

Percebe-se que a organização e a participação em um grupo aparecem de forma clara com o intuito de focalizar os interesses envolvidos para obter êxito naquilo que desejam buscar por meio de uma interação na criação de uma associação.

A representatividade e a legalidade de uma associação são aspectos garantidos pela Constituição Federal de 1988, a qual destaca em seu artigo 5º, nos incisos XVII, XVIII, XIX, XX e XXI que:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito julgado;
XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

A obrigação do cadastro das associações vem em destaque no Decreto nº 36.488, de 15 de fevereiro de 1993 quando afirma no art. 1º.

Fica instituído, junto à Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público, cadastro geral de órgãos oficiais de controle de exercício profissional, de associações e sindicatos de classe e demais entidades da sociedade civil habilitadas à indicação de membros das Comissões, Permanentes ou Especiais, de julgamento de concorrências instauradas no âmbito das Secretarias de Estado e das autarquias.

Além do cadastro visto no decreto anterior, as associações puderam ter a oportunidade de obter uma qualificação instituída pela Lei nº 9.790 de março de 1999, na qual se encontram todos os documentos necessários para conseguir a qualificação.

As associações também são matéria abordada na lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, a partir do capítulo II, que em seu art. 53, afirma: “Constituem-se as

associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”, a partir deste artigo desdobram-se outros artigos se referindo as associações e os associados.

Ao saber da relevância de representatividade de uma associação sob o aspecto legal o olhar para a pesquisa foi direcionado para a ADEEPAM.

3. A análise da Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió

A entrevista semiestruturada foi realizada em dois momentos da pesquisa, o roteiro da entrevista foi construído a partir dos objetivos, estes estão relacionados à criação da associação e atuação nos dias atuais. Os diretores entrevistados fazem parte da presidência da Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió. O tempo de duração da primeira entrevista realizada com Antônio [2], diretor da escola e presidente da Associação foi de 1h10 min; a segunda entrevista aconteceu com Roberta, diretora de escola e vice-presidente da Associação, esta entrevista teve duração de 35 minutos. Posteriormente à transcrição das entrevistas, os dados foram submetidos à análise tomando como referência a técnica da análise de conteúdo.

Por meio de um estudo intitulado como “*Gestão Democrática? Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica*” de Araújo (2007) houve a possibilidade de buscar um pouco mais e conhecer de que maneira funcionava o trabalho dos associados. Segundo Araújo (2007, p.73),

Foi durante a gestão de Maurício Quintella Lessa no comando da SEMED que começa a tomar corpo um movimento liderado por diretores de escolas no sentido de extinguir o processo de eleição para gestores escolar numa postura claramente reacionária, voltada para a manutenção do patrimonialismo político de seus cargos de direção. (grifo nosso)

O processo de eleição nas escolas causou insatisfação para alguns diretores, e muitos resolveram formar um “movimento liderado”, este movimento foi, segundo um dos entrevistados, contra um dos mecanismos da gestão democrática, pois os diretores só podiam continuar à frente das instituições escolares se fossem eleitos pela comunidade escolar (funcionários, professores, pais e alunos). A partir do momento que este movimento foi criado, muitos entenderam que os membros desejavam acabar com a eleição e continuar com a indicação política.

Mesmo sem conhecer o estudo realizado por Araújo (2007) os diretores entrevistados afirmaram que esta compreensão é verdadeira, mas não entram em detalhes procuram responder de uma forma resumida.

É verdade... a gente começou a se organizar daí em grupos pequenos, claro que já éramos mal vistos na visão deles, nós éramos revolucionários, algumas pessoas hoje nos enxerga como revolucionários, na realidade nós não somos [3]. (Presidente da Associação)

Percebe-se que a postura dos diretores, inicialmente, foi lutar contra o processo de eleição querendo permanecer no poder caminhando, neste sentido, contra a gestão democrática.

Quando o diretor é indicado ele acaba tendo uma ligação muito forte com o partido político que ele está apoiando, então ele se elege por meio de favores. Já quando o diretor é eleito ele tem decisões próprias e o que ganha com isso é a mudança na educação. O coronelismo ainda existe diante do poder nos dias atuais, ainda permanece muito frequente. (Vice-Presidente da Associação)

De acordo com Verçosa (2006, p. 99),

Se a desorganização dos serviços públicos em todo o país vai reforçar o poder dos *coronéis*, em Alagoas, onde o Estado enquanto prestador de serviços vinha, há muito, sendo um grande ausente para a maioria da população, a presença do *coronel* vai se mostrar com grande vigor.

É neste contexto que se considera a troca de favores, característico do apadrinhamento político, o compromisso com a população está vinculado com a necessidade de estabilidade no poder favorecendo a confiança em troca do voto, assim as pessoas que exercem os serviços públicos ficam subordinadas à vontade daquele que representa o poder. Quando a gestão democrática foi implantada em algumas escolas públicas de certa forma houve muitas modificações no processo de funcionamento. Devido às mudanças estabelecidas em lei, alguns diretores das escolas municipais se sentiram incomodados, o grupo de diretores que formaram o movimento contra a gestão democrática cria a Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió afirmando seus objetivos.

Segundo Araújo (2007, p. 74),

Em julho de 2003, esse mesmo grupo de diretores cria a Associação dos Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió [...] que explicitamente afirmam em

seus objetivos, entre outros “[...] lutar contra a discriminação e injustiça social praticada contra os diretores das escolas de Maceió”. (grifo nosso)

A partir desta informação trazida pelo referido autor em sua pesquisa, tornou-se necessário perguntar aos diretores entrevistados a que discriminação e injustiça social eles se referiam. A diretora e vice-presidente, afirmou “*A discriminação que se refere quando o diretor não apoia a vontade do poder ele é perseguido*”.

Procurando saber o motivo que levou à criação da Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió em entrevista com o diretor da escola e presidente da associação Antônio, que tem 33 anos de magistério e 22 anos em gestão escolar no processo de eleição fica explícita dificuldade de relacionamento existente entre a associação e o SINTEAL:

A gente tem uma dificuldade de relacionamento com os secretários e o Sindicato dos Trabalhadores de Educação, no caso o SINTEAL foi quem promoveu toda essa organização nossa porque alguns anos o sindicato ele fazia o que queria e o que não queria [...] surgiu essa ideia de criarmos essa associação para que nós pudéssemos (claro sozinho a gente não avançava, mas claro em grupo organizado) a gente poderia avançar em diversas situações, principalmente isso surgiu justamente no período de eleição. O sindicato sempre foi contra a renovação de mandato de diretor, eles pregavam que os diretores que estavam nos cargos eles queriam se perpetuar no cargo, ainda é a mesma fala deles (Antônio, Presidente da Associação)

Após o conhecimento sobre os motivos da criação da ADEEPAM, tornou-se necessário perguntar: Onde foi criada?

Ela foi criada numa conversa de bar. Quando falo que surgiu num bar a gente já vinha discutindo várias vezes essa criação e não tinha surgido o ex-diretor, então quando a gente pensou no ex-diretor a gente pensou num regimento e daí vieram alguns modelos... a gente copiou e ajustou para a nossa situação da época. (Antônio, presidente da associação).

A fala anterior mostra a preocupação com o ex-diretor, pois mesmo ele fora do cargo tem a possibilidade de estar presente para fazer parte das reivindicações e ir em busca dos interesses da categoria. O presidente da Associação falou que a Associação tem um regimento, mas é importante ressaltar que não foi possível ter acesso a este documento durante a fase de coleta dos dados da pesquisa.

A Associação foi criada em julho de 2003 e, segundo os entrevistados, a ADEEPAM está instituída legalmente no 1º Ofício de Notas e 1º Cartório de Protestos localizado no Centro de Maceió/AL.. A criação da Associação realizou-se por um grupo de diretores, este

grupo ainda faz parte da diretoria e ao longo do tempo as alterações dos membros acontecem apenas nos cargos, como por exemplo, a pessoa que era secretária passou a ser vice-presidente, e a vice-presidente passou a ocupar outro cargo, entre outras trocas.

Um dos entrevistados revelou que menos no cargo de presidente houve alteração, desde a criação até os dias atuais uma única pessoa ocupa o cargo, pois o grupo não aceita a mudança, porque o presidente é visto como uma pessoa responsável, atenta aos acontecimentos e necessidades da educação municipal e está sempre à disposição para fazer reivindicações e propor melhorias. A permanência de uma mesma pessoa no cargo por mais de 10 anos, explicita que não há consonância entre os princípios da associação com os fundamentos da gestão democrática.

A diretoria da associação é composta por seis cargos. Os representantes atuam como Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor de Comunicação, Diretor de Eventos, Diretor Jurídico e Tesoureiro.

Em relação ao cargo de Tesoureiro, Antônio presidente da associação afirma:

A gente não arrecada... como a gente acha que uma contribuição de cinquenta reais é pouco para você manter uma estrutura, aí a gente por enquanto faz o nosso trabalho político mesmo, quando a gente quer fazer algum evento todos colaboram, com 50 cinquenta reais ou menos, não é uma coisa mensal.

A Associação é representada por alguns diretores e ex-diretores da educação do município, pois nem todos os diretores das escolas municipais passaram pelo processo de filiação, porque, segundo os entrevistados, depois que se formou um grupo de diretores, os responsáveis não quiseram aumentar o número de participantes por falta de estrutura.

A gente deve ter hoje em média uns sessenta filiados, é um grupo razoável, mas nós temos a participação de todos aqueles em eventos nossos da grande maioria. Então assim, a nossa associação ela tem um papel político (Antônio, presidente da Associação).

Ao ser questionada sobre o número exato de associados, a vice-presidente deixou bem claro que não sabia exatamente o número de filiados da Associação e quem poderia dizer a quantidade exata era o presidente, mas mesmo entrevistando o presidente ele não apresentou um número certo de diretores e ex-diretores da Associação, e esta informação não pôde ser obtida posteriormente, pois este último obteve uma licença do seu cargo de diretor da escola para concorrer ao cargo de vereador nas eleições municipais de Maceió.

Os dados coletados mostram que o motivo que instigou a criação da determinada Associação relaciona-se diretamente à dificuldade de relacionamento entre alguns diretores e

ex-diretores das escolas públicas municipais, os secretários de educação e o SINTEAL. Diante disso, tornou-se necessário procurar o motivo desta dificuldade de relacionamento ouvindo algum representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL). Perante a necessidade de compreensão da criação da associação a partir dos dois lados envolvidos na versão dos entrevistados: “Sindicato e Associação”, após entrevistar os diretores que fazem parte da Associação houve também a possibilidade de entrevistar um integrante da diretoria do sindicato, este integrante fez parte da direção durante três gestões, mais especificamente de 2003 a 2012, sendo eleito por votação direta.

Na realidade, considero uma percepção equivocada da parte desses gestores, uma vez que eles confundem os interesses da classe com os interesses da função de diretor escolar. Exemplificando: em muitas ocasiões, os diretores de escola da rede municipal defendiam que a gratificação paga pelo exercício do cargo de diretor fosse incorporada aos seus salários quando estes ficassem mais de cinco anos nessa função. Esse tipo de reivindicação não pode ser amparada pelo sindicato por duas razões principais. Primeiro, porque a incorporação de vantagens ou gratificações aos vencimentos salariais é uma medida inconstitucional desde a primeira reforma previdenciária de 1998. Ainda mais, como eles pretendiam levar essas vantagens para a aposentadoria. Quanto a isso, não há o que fazer porque o SINTEAL não tem como alterar a Constituição Federal. A segunda razão é que o sindicato faz uma opção clara em relação aos trabalhadores: prefere defender reajustes salariais e a implantação correta das progressões por tempo de serviço e por titulação que constam no PCC de 1998 para todo o conjunto da categoria (inclusive para os diretores e ex-diretores porque também são professores) do que defender interesses específicos de uma parte da categoria. (Integrante da diretoria do SINTEAL)

A partir deste esclarecimento, percebe-se que os diretores confundem os interesses da classe trabalhadora com os interesses do cargo de gestor escolar. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL) é uma instituição que atua na defesa de professoras (es) e funcionárias (os) do ensino básico na rede pública de Alagoas [4]. Este conceito traz uma concepção de atuação ao afirmar o envolvimento entre professores e funcionários no sindicato para suprir os seus interesses, como por exemplo, ajuste salarial, assim fica claro que o sindicato defende interesses específicos destes trabalhadores (professores e funcionários), e não interesses particularizados dos gestores.

Pelo fato de não possuírem uma sede própria os diretores e ex-diretores afirmaram que se reúnem na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) solicitando, quando necessário, o auditório ou uma sala de formação, as reuniões acontecem uma vez ao mês e, quando tem algo novo para ser discutido, os filiados fazem uma extraordinária.

A gente tem como endereço a minha academia de musculação e ginástica e aí a gente colocou lá como endereço só como referência até porque a gente não tem como pagar aluguel. A gente não arrecada pagar o aluguel seria o mínimo porque além do aluguel, uma pessoa para limpeza, uma pessoa para o atendimento, água, luz e telefone. (Antônio, Presidente da Associação, grifo nosso)

Um dos entrevistados possui uma academia de ginástica e esta serve apenas como referência para recebimento de correspondência, isto não está em legitimidade com o que disciplina o Código Civil, Art. 54 “Sob pena de nulidade, o estatuto das associações contera: I – a denominação, os fins e a sede de associação”.

Ao perguntar se a associação tinha um estatuto, um dos entrevistados afirmou que a associação não possuía estatuto próprio, desconhecendo a definição de estatuto e regimento, pois anteriormente havia enfatizado que a associação possuía um regimento. Enquanto o estatuto é uma peça de caráter mais abrangente, que define e orienta sobre aspectos da vida de uma entidade sem aprofundar, o regimento apresenta de forma detalhada determinados conteúdos existentes no estatuto [5].

Não. Olhe, a gente trabalha muito daquilo que é melhor para as escolas, para a Educação. Não existe um estudo bibliográfico que a gente procura desenvolver não, é uma coisa mais do que está acontecendo no dia a dia, e é aquilo que a gente propõe. (Antônio, presidente da Associação)

É possível perceber que a ADEEPAM não tem um estatuto próprio denominando os interesses e finalidades, e, além disso, não tem sede para o funcionamento, assim esta associação não poderia estar registrada com a referência de uma academia de ginástica porque isto expõe que a associação não apresenta legitimidade.

A associação tem um único objetivo é a melhoria da educação e quando melhora a educação melhora tudo, melhora o comportamento do aluno, melhora a participação da comunidade junto às ações da escola e melhora o trabalho do diretor esse é ponto principal, só que também a gente visa defender o diretor em todas as situações porque antes a gente era muito esquecido entrava secretário saía secretário, ditava normas, às vezes coerentes, às vezes absurdas e a gente ficava sem ter o poder de defesa ou até mesmo de fala. (Antônio, Presidente da Associação, grifos nossos)

A fala anterior permite ter um olhar mais direcionado sobre o que visa a associação, o entrevistado afirma que a associação traz melhorias para a educação, mas não deixa claro que tipos de melhorias foram realizadas, ao mesmo tempo, a Associação também visa defender o diretor em todas as situações.

Os entrevistados da associação declararam que os principais pontos de pauta das reuniões estavam direcionados para as deficiências do momento, ou seja, as dificuldades, como por exemplo, o processo de eleição nas escolas proporcionou muitas dúvidas principalmente na parte da documentação que deveria ser entregue na SEMED, então eles se reuniam para obter uma boa atuação na gestão democrática, pois afirmaram que o Departamento de Gestão Democrática não ajudava muito nas explicações.

Araújo (2007) destaca que no ano de 1993 houve a criação do Departamento de Gestão Democrática (DGD) na SEMED dando ênfase ao seu objetivo,

[...] com o objetivo de coordenar e fortalecer o processo de gestão democrática, incentivando, implementando, acompanhando e avaliando a participação da comunidade escolar, a participação e o trabalho dos conselheiros, responsabilizando-se ainda, por sua capacitação e pela articulação de parcerias [...] (ARAÚJO, 2007, p.56).

Entendendo-se que o DGD tem como objetivo a possibilidade de parceria no processo de incentivo e acompanhamento da gestão participativa, procurou-se saber se a Associação estava envolvida em algum aspecto com este setor.

Diretamente não, indiretamente sim, a gente tem relação boa com algumas pessoas, que na realidade esse departamento deveria ser o maior parceiro nosso, quando eu falo nosso é da associação, dos diretores, é de todos da escola, a gestão democrática é para isso. (Antônio, presidente da Associação, grifo nosso).

Segundo os entrevistados, ao tomar as decisões necessárias para a “melhoria da educação” os diretores e ex-diretores encontram muitas dificuldades com o sindicato, pois entre eles não há parceria, já em relação aos governos afirmaram que existia alguma parceria através das discussões e comunicações.

o SINTEAL vê uma divisão entre diretores e professores por conta da questão da cobrança e reclamação das falhas. Quanto ao governo mantemos uma relação por meio de documentos, a gente dá entrada no processo e às vezes respondem, muitas vezes nenhum retorno nós temos (Roberta, vice-presidente da associação)

A Vice-Presidente deixa claro que durante as solicitações realizadas para suprir as necessidades dos diretores filiados, o governo muitas vezes, não mandou retorno. A partir desta afirmação da vice-presidente pode-se indagar “Que parceria é esta?” se existisse uma parceria recíproca entre a ADEEPAM e o governo de Alagoas, todas as vezes que os diretores

da Associação precisassem de alguma ajuda existiria o retorno. O não retorno do governo mostra-se como um claro indício de que a associação não tem legitimidade perante a educação municipal.

Já em relação ao SINTEAL, a entrevistada assegura que não há parceria. Assim tornou-se necessário saber a opinião do integrante do sindicato sobre esta falta de parceria.

Sugiro que indague aos integrantes da direção da Associação quais foram as medidas que propuseram para a melhoria da educação municipal que tenha encontrado algum obstáculo da parte do sindicato. Uma questão bastante controversa da qual recorde e que realmente não tem encontrado a defesa do SINTEAL é referente à duração do mandato desses diretores. Grande parte dos membros da associação está como diretor de escola há mais de 10 anos, alguns chegando há vinte anos. E isso não tem como ser defendido. Por quê? Porque quando foi implantada a eleição para diretor em 1993 o tempo de mandato era de dois anos. Mas por meio de negociações entre a Câmara de Vereadores e a Prefeitura eles conseguiram inicialmente criar a reeleição. Depois, conseguiram manter a reeleição para diretor-geral e reeleição ilimitada para os diretores adjuntos, o que fazia com que houvesse sempre uma troca de funções a cada eleição, impossibilitando a vitória de professores que não estavam em cargos de direção anteriormente. Atualmente, a Associação conseguiu junto à Câmara de Vereadores aumentar o tempo de mandato para quatro anos, uma diferença essencial em Maceió em relação à rede estadual. Como parte dos dirigentes da Associação já estavam exercendo funções de diretor antes da instituição da própria eleição por meio de indicação política, muitos estavam praticamente toda a carreira apenas em direção de escola. (Integrante do SINTEAL, grifos nossos.

Na fala anterior, o integrante do SINTEAL explica sobre a ausência de parceria, esta falta de interação entre a Associação e o Sindicato acontece porque ambos apresentam interesses distintos, em primeiro lugar a associação buscou a reeleição e, em segundo lugar, um aumento na duração de mandato de diretores junto com à Câmara de Vereadores existindo uma relação política facilitando bons resultados para seus interesses, tendo uma predominância de uma prática conservadora, o clientelismo.

Os diretores obtiveram um acréscimo de 2 (dois) anos totalizando uma gestão com estabilidade de 4 (quatro) anos nas escolas municipais, é válido ressaltar que os diretores entrevistados que fazem parte da diretoria da Associação estão há vários anos como diretores nas escolas municipais, tal aspecto pode ser percebido logo no início da análise, quando há a indicação do tempo de gestão de cada um. Nota-se que os interesses da ADEEPAM resumem-se à reeleição e ao aumento da duração do mandato de diretor nos anos 90 do século XX.

Araújo (2007, p. 75) diz que:

A intervenção da ADEEPAM, junto à bancada governista na Câmara de Vereadores, assegurava uma possível re-reeleição, para aqueles que já completavam uma década

na direção de “suas” escolas e agora eram agraciados com a possibilidade de revalidação de seus mandatos, desta feita, por mais quatro anos.

Araújo (2007) mostra que a ADEEPAM, procurou reformular a normatização no procedimento das eleições para diretores, e com uma interferência política o desejo foi alcançado. Na entrevista tornou-se necessário analisar quais foram as principais conquistas dos filiados durante 9 (nove) anos (2003-2012) de existência e trabalho, a fala apresentada a seguir demonstra as conquistas e interesses dos diretores.

A gente conseguiu muita coisa, primeiro esse respeito diante da comunidade escolar dentro da própria secretaria, o respeito do próprio sindicato, avançamos na gestão, o mandato do diretor que era de 2 anos e a Associação avançou para 4 anos, e agora querem retroceder, querem que volte para ser 2 anos, e a gente claro, brigou por 4 anos com direito a recondução, mas estão colocando no plano municipal para ser de 2 anos, você imagine, você novata, você chega na escola, após 1 ano você pode se candidatar, você nunca administrou uma escola, você passa no mínimo 6 meses para saber o que vai acontecer e o que não vai acontecer, quando você colocar para impor seu ritmo de trabalho, o ano acaba. O ano seguinte já é ano de eleição, e você já vai se preparar para a campanha, então vai ser sempre assim, campanha, campanha, campanha. (Antônio, presidente da Associação, grifos nossos).

Além das consideradas “conquistas”, tornou-se relevante perceber os principais desafios da Associação “*Quanto aos desafios...é enfrentar o poder “incomodar”.* (Roberta, vice-presidente da Associação, grifo nosso). Nesta fala, a entrevistada refere-se aos interesses de um pequeno grupo de diretores e ex-diretores filiados a Associação e não de todos os diretores, a palavra “incomodar” está relacionada com as reclamações feitas, uma delas mencionadas foi a questão da melhoria da gratificação no salário.

4. Considerações finais

Buscou-se a partir do presente trabalho—apresentar os principais aspectos de uma pesquisa que teve por objetivo central analisar a estrutura organizacional da Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió compreendendo os motivos de sua criação e sua atuação nos dias atuais. Os dados coletados e a posterior análise permitiram constatar que a criação da associação ocorreu por dois motivos básicos: falta de um bom relacionamento entre os secretários de educação e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL), motivo corroborado por Araújo (2007) e pelo interesse

em aumentar o tempo de duração do mandato do cargo de direção de 2 (dois) para 4 (quatro) anos modificando a legislação municipal vigente à época.

Ao saber da falta de parceria com o SINTEAL mencionada por dois integrantes da associação, tornou-se necessário ouvir alguma pessoa que representasse o sindicato, assim foi possível compreender que a ADEEPAM durante 9 (nove) anos de existência não apresentou, segundo o entrevistado, propostas de melhorias para a educação municipal com o intuito de estabelecer um trabalho coletivo “Associação x Sindicato”. Desse modo, foi possível compreender que esta falta de relacionamento explícita nas falas dos entrevistados acontece porque há interesses distintos, em primeiro lugar, o sindicato a cada três anos faz eleição para eleger os representantes da direção, a ADEEPAM tem um grupo que faz parte da diretoria, este grupo sempre esteve no comando, não existe eleição direta para que os filiados tenham a oportunidade de mudar os rumos da associação, o que acontece de fato é uma troca de cargos com exceção do cargo de presidente, pois atual presidente encontra-se à frente da associação desde de sua criação em 2003.

Em segundo lugar, o sindicato defende interesses da classe trabalhadora da educação municipal e estadual incluindo “professores e funcionários” totalizando 26.500 [6] filiados, já a Associação, procura defender os interesses particularizados de alguns diretores e ex-diretores da rede municipal por meio de um trabalho político junto à Câmara de Vereadores de Maceió, como por exemplo, a criação de uma gratificação no salário e a ampliação do mandato dos diretores.

Portanto, a análise proporcionou o entendimento que nos dias atuais não fica clara nenhuma ação concreta dos integrantes da Associação para a melhoria das escolas públicas da rede de ensino municipal de Maceió, Cabe ainda ressaltar que as considerações aqui apresentadas devem ser vistas como registro dos principais aspectos do estudo realizado e não como conclusões imutáveis, o que precisa ser destacado é a necessidade da produção de mais pesquisas sobre a educação alagoana e o processo de implantação da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica da unidade da federação que há anos amarga os piores índices educacionais do país.

Notas

[1] Disponível em:

<<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=associa%E7%E3o&styp e=k&x=6&y=13>>. Acesso em: 28 out. 2011.

[2] Os nomes dos sujeitos da pesquisa são fictícios.

[3] O uso do itálico e sem recuo de 4 cm foi uma opção escolhida para registrar as falas dos entrevistados.

[4] Disponível em: <<http://www.sinteal.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 24 jul. 2012.

[5] Disponível em: <<http://associativismoforte.blogspot.com.br/2008/04/lies-de-associativismo-diferena-entre.html>>. Acesso: 17, nov. 2012.

[6] Esta informação foi obtida com o integrante do SINTEAL que fez parte da diretoria durante (2003-2012).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Sérgio Onofre Seixas de. **Gestão Democrática?** Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica. Maceió: EDUFAL, 2007.

ASSOCIAÇÃO. Disponível em:
<<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=associa%E7%E3o&styp=k&x=6&y3>>.
Acesso em 28 out. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Ed. 70, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em:
13 jan. 2012.

BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www.jucepa.pa.gov.br/downloads/docs/pdf/Novo_codigo_civil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação:** O município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTELLA, Odil Matheus. **Governança associativa e coordenação de um novo mercado:** o caso da associação gaúcha de agências digitais (AGADI/ ABRADI –RS). 2010, 273 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.2, Mar./ Abr. 1995a, p. 57-63.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LOBO, Antonio de Sousa Silva Costa. **O estado e a liberdade de associação**. 1864. 186 p. Dissertação inaugural para o Acto de Conclusões Magnas. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1864. Disponível

em:<http://books.google.com.br/books?id=_WoBAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Antonio+De+Sousa+Silva+Costa+Lobo%22&hl=ptBR&ei=o2lTrLUD8nL0QGF9LTyDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDIQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 24, out. 2011.

SCHNECKENENBERG, Marisa. **Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.25,n.1, p.115-137, jan./abr 2009.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.